

# A história da escravidão também se fez em Campinas

*“Eu, Izidoro Gurgel Mascarenhas, que entre os demais bens que possuo livres e desembargados, bem assim sou senhor e possuidor de uma escrava de nome Anna, me tocou por legítima paterna como consta do inventário feito por meu pai Lúcio Gurgel Mascarenhas. E como a referida escrava é minha mãe, verificando-se a minha maioridade hoje, pelo casamento de ontem, por isso achando-me com direito, concedo à referida mãe plena liberdade, à qual concedo de todo o meu coração”.*

**E**sta alforria à escrava Anna em 17 de setembro de 1869 por seu próprio filho, consta do livro 61 do Cartório 1º Ofício de Campinas. Sob o piso onde hoje o tabelião Carmine Campanhoni assina suas escrituras, na rua Barão de Jaguara, está guardado um dos maiores acervos históricos sobre a vida escrava no Brasil. Campinas, região dos barões do café pós-1850 chegou a ter nesta época do século passado mais negros que brancos.

“Em 1870 Campinas possuía 33 mil habitantes e 17 mil escravos”, sentença o historiador da Unicamp Ademir Gebara. Ele define a cidade como uma espécie de laboratório nacional e o Centro de documentação mais rica sobre sua própria vida entre todos os municípios brasileiros. Aqui, segundo ele, existiu entre 1850 até a libertação, em 1888, um dos maiores contingentes negros do País, graças à ascensão do café que dominou a região.

Em seu mestrado na USP, Gebara cita em determinado momento a consciência dos escravos residentes aqui, definindo-os como culto, mesmo marginalizados: “Não se pode pensar que a cultura está somente no saber ler e escrever. O escravo era culto, em seu modo de vida, nas festas, na participação, nas danças”. Ele diz que a integração do negro à vida da cidade foi ocorrendo naturalmente e que era praticamente impossível se prorrogar o escravismo instituído para além de 88.

Para demonstrar sua tese, menciona anúncios publicados no jornal “Gazeta de Campinas”, onde senhores de fazendas publicavam a fuga de seus homens. Em 1870, o referido jornal trazia notas que denotam o grau de consciência de boa parte deles.

“...Moisés...tem o ofício de pedreiro e usa dele. Levou colher de reboque e calhadeira...”

“...Anacleto...sabe ler e escrever e costuma (quando foge) incluir-se forro e voluntário da Pátria...”

“...Geraldo...desconfia-se que procure trabalho em qualquer estrada de

ferro por ter já sido trabalhador na Jundiáia Santos...”

Os três anúncios publicados em dias diferentes carregam qualidades que a história, em geral, omite. Escravos, ainda considerados objetos, conseguiram ler, escrever, tinham ofício e utilizavam-se de argumentos para manterem-se livres, como o do segundo anúncio, que dizia-se voluntário da Pátria, isto é, ter servido o País na guerra do Paraguai, o que concedia ao escravo o direito de ser livre.

Além da consciência progressiva do negro brasileiro, outro fator impedia que o Brasil sustentasse por mais algum tempo a escravidão. Grupos mais avançados de fazendeiros defendiam a libertação por julgá-la remédio para o aumento da produção e diminuição de seus custos.

Manoel Ferraz de Campos Salles, em 6 de novembro de 1881 escrevia na mesma Gazeta de Campinas sobre este pensamento, 18 anos antes da libertação acontecer. Comparou o Brasil à Guatemala, onde já não havia escravidão e onde os resultados na cultura do café eram superiores, embora as terras brasileiras fossem melhores.

Da mesma forma, Francisco Quirino dos Santos escrevia também na Gazeta, em 1870, sobre cálculos que lhe haviam concedido alguns fazendeiros, comparando o trabalho do escravo e do denominado colono. Considerava que num ano ambos conseguiam colher 140 arrobas de café, mas que os gastos com o escravo faziam com que o colono deixa-se ao patrão lucro de Cr\$ 207.000 réis a mais que o outro.

— Em tese, ninguém era a favor da escravidão. Mas ela era mantida pelo relacionarismo conveniente à classe dominante. Aos poucos, no entanto, isto tornou-se impossível e quando veio a libertação, Campinas tinha poucos escravos sem alforria - diz Gebara, que completa dizendo que dos países colonizados o Brasil foi o último a promulgar a libertação dos homens de cor negra.

151  
1875718 19064  
1875718 19064



**Nesta Igreja, um cemitério de escravos**

PFEIFER, Ismael. A história da escravidão também se fez em Campinas: Izidoro libertou a negra. Na verdade, sua genitora. Correio Popular, Campinas, 13 maio 1984.

# Izidoro libertou a negra. Na verdade, sua genitora

## Alforria à mãe

O historiador Robert Slenes, da Universidade de Colorado, nos Estados Unidos, permaneceu o final da última década estudando a história da escravidão na região de Campinas e encontrou, no cartório do 1º Ofício de Campinas, um documento de libertação que Izidoro Gurgel Mascarenhas concedeu à própria mãe, escrava Anna, em 1869.

A história começa a ser contada oficialmente em 1861, quando o fazendeiro Lúcio Gurgel Mascarenhas realiza seu inventário. Deixa bens para seus seis filhos tidos como adotivos.

Um deles, Izidoro, ao tornar-se maior de idade em 1869 — com o pai já falecido — ganha a posse sobre a escrava Anna, que na realidade era sua mãe “com pai desconhecido”. Imediatamente, ele, mulato dono de terras deixadas pelo pai adotivo, liberta Anna conforme consta no livro 61 em 17 de setembro de 1869 do referido cartório.

## O levante

Dona Vitalina Pompeo de Souza Queiroz conta em publicação do século passado sobre o “levante” de negros ocorrido em Campinas em 1850. Na época, menciona ela, Campinas possuía “14 mil brancos e 20 mil pretos”.

O levante era preparado cuidadosamente até que o escravo Josué, pertencente ao fazendeiro Joaquim Egidio de Souza Aranha (depois Marquês de Três Rios), contou ao patrão do que sabia.

A classe dominante, então, mobilizou-se até invadir a chácara “Sampaio Peixoto” onde os planos dos escravos foram desfeitos com prisões e mortes, que no entanto não são documentadas oficialmente. Com indistigável parcialidade, a redatora encerra sua matéria: “Depois disso, nunca mais se ouviu falar em levante, naquela terra bafejada pela felicidade”.

## A 1ª alforria

Em 1798, bem antes do ciclo do café



No centro da cidade, o comércio de negros

Nelson Chinalia



Cruzeiro, pelo escravo morto

na região, houve a primeira carta de alforria concedida em Campinas. Até então, o número de escravos era pouco expressivo na cidade. Entre 1850 e 1880, garantem os historiadores que Campinas possuía até 20 mil escravos, população que superava a de brancos.

A vida escrava era tão intensa que havia inclusive um cemitério para eles, onde hoje existe a Igreja de São Benedito, conforme atesta o jornalista Jolumá Britto, em publicação em 1971. Ele conta também que o “cruzeiro” que hoje fica diante do Cemitério da Saudade, foi erguido em memória de um escravo que suicidou-se ao saber que seria torturado.

A porta da antiga Igreja Santa Cruz, hoje Matriz do Carmo, era posto de venda de escravos. O lugar servia também de pelourinho para torturas. O pequeno bico de água do córrego que hoje passa em frente à EEPSP “Carlos Gomes”, era o ponto de encontro das escravas lavadeiras.

Em 13 de maio de 1888, quando foi promulgada pela princesa Izabel a libertação da escravatura, Campinas assistiu festa de fogos, danças e cantos. Defronte a Catedral Metropolitana, foram juntados materiais de suplicio que formaram uma enorme fogueira. O dia todo foi tomado por festa, embora naquele ano restassem apenas 5.199 escravos ainda não alforriados na cidade.

## Morte ao feitor

No dia 6 de outubro de 1856, na região conhecida como “Capuava”, o feitor José Bueno de Moraes comandava os trabalhos de cerca de 30 escravos. Era bem cedo e dois deles já haviam sido açoitados com 25 chibatadas cada um por estarem “trabalhando mal”.

Até que o negro Athanásio, acusado de não ter limpado como deveria o mato sob o pé de café, foi também condenado aos açoites. Negou a deitar-se para apunhar e então levou uma bordoadada de José Bueno. Athanásio, então, fugiu acompanhado por Domingos.

O feitor os perseguiu tomado de raiva e alguns minutos mais tarde, os próprios escravos encontraram seu corpo estendido. Mais tarde, Athanásio, Domingos e Amaro, também escravos, foram considerados culpados pelo assassinato do feitor e condenados à forca.